



# O NASCIMENTO DE VÊNUS OU A ORIGEM DA HISTÓRIA DAS MULHERES\*

*Mari Del Priore*

Professora da FFLCH/USP.

Este artigo trata do aparecimento de uma história das mulheres e enfoca as diversas tendências que surgiram sobre o tema desde os textos de Simone de Beauvoir, à crise dos anos 70 face ao estilhaçamento da História, às representações culturais em torno da mulher. Hoje, a busca de uma interação entre o objeto e a totalidade do campo histórico parece ser a maior preocupação da historiografia da mulher.

Palavras-chave:

---

*This article focused on the development of a “women history” and analyses some tendencies of this subject from Simone de Beauvoir to the crisis of the Seventies till the approach connected with cultural representations on women. The main goal, in our days, is to integrate women studies with the whole historical field.*

*Keywords:*

\* Este artigo é parte integrante do capítulo ainda inédito intitulado “História das Mulheres: as vozes do silêncio”, a sair na obra *História e Historiografia no Brasil*, sob a direção do Prof. Marcos Cezar de Freitas.

---

### *Homens e mulheres, uma questão complicada!*

**N**uma obra clássica, *O segundo sexo*, publicada em 1949, Simone de Beauvoir fez uma observação fundamental: as mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. Ela dizia, ainda, que uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isto acontecesse, ela deveria submeter-se a um complexo processo, no seio de uma construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social e seu comportamento diante do mundo. Beauvoir sabia que o território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Paisagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos. Assim, sendo espaço comum de homens e mulheres, a família acabou por tornar-se uma região particular, uma espécie de geografia insular. Sobre este solo de história, as mulheres, de forma precária, tornaram-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado descomposto, disperso, confuso.

O alerta dado pela filósofa francesa serviu como um dos textos fundamentais para o movimento feminista, movimento nascido de outro, em prol dos direitos civis. Um dos primeiros objetivos do movimento consistia em apreender o passado legítimo das mulheres, introduzindo-as, definitivamente, na história. Mas como ouvir suas vozes, extraindo-as do limbo da memória, tirando-

lhes o próprio limo? Como melhor legitimar este campo de pesquisas, abrindo-o à crítica externa, colocando em termos históricos uma diferença de sexos, pouco estudada pela historiografia que era produzida, então? Como dar destaque à diferença de sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro no qual se defrontavam seus mestres e senhores, os homens?

Na filosofia, a diferença de sexos é a primeira das diferenças, aquela sobre a qual todas as outras diferenças se expressam e se fabricam. No seu *A origem da família*, Engels já apontava a diferença de sexos como o fundamento mesmo da vida social, afirmando que a primeira divisão do trabalho e a primeira oposição de classe estabelecia-se, basicamente, entre homem e mulher (ENGELS, 1974, p. 74). Ele percebia, objetivamente, as relações entre os sexos como expressão do político: a diferença sexual era, para ele, a primeira das diferenças. Aquela que condicionaria a expressão de outras diferenças. Ela era, também, a diferença que o corpo carregaria como algo de irredutível. Mas Engels não está só. Para os antropólogos, por exemplo, a humanidade não pode ser pensada que a partir desta irredutibilidade, desta irrecusável diferença. Para eles, diferença de sexos significa jogo, tensão, cara a cara entre o idêntico e o diferente, lugar no qual se fabrica o pensamento. Pensamento que encontra na dualidade e na alteridade, sua fonte permanente de reflexão. Vista por este prisma, a empiria da diferença sexual estaria no fundamento mesmo do exercício do saber<sup>1</sup>.

Alguns lugares do saber filosófico confirmam esta preocupação. Desde a antiguidade, estes lugares são claramente observáveis. Para Aristóteles, cada registro metafísico, físico, biológico, econômico, moral, pedia um parágrafo sobre a questão. O livro I de *A metafísica*, consagrado ao “Uno”, não ignora a contrariedade da diferença dos sexos. A reprodução sexual também não está ausente nem de *A Física*, nem de *A Alma*<sup>2</sup>. A vida social, familiar e conjugal solicita ainda mais a atenção do filósofo; veja-se, por exemplo, sua *Ética a Nicômano* (Livro VIII, p. 1.314). Aristóteles atravessa, sistematicamente, os campos do saber,

---

<sup>1</sup> Ver a este respeito a opinião da antropóloga Françoise Héritier-Augé (1994, p. 23-24).

<sup>2</sup> No primeiro, livro II,9,200; no segundo, livro II,4,415; ver também «Partes dos animais» ou «A geração».

sem eludir este preciso objeto, ou seja, a “diferença de sexos”. Ele não se esquivava, jamais, como bem demonstrou uma historiadora, ao problema da definição<sup>3</sup>.

A época moderna é, sobre este tema, bem surpreendente. Descartes prefere pensar a questão do amor. Spinoza, por sua vez, insiste em sublinhar a irracionalidade da mulher e no seu *Tratado da autoridade política* acaba por deixar inacabada a demonstração da exclusão das mulheres na vida pública (apud FRAISSE, 1996, p. 62-63). Observa-se, aí, um deslocamento importante no pensamento filosófico. Ele torna-se mais abstrato e portador de um pensamento suficientemente idealista para esquecer a diferença de sexos. Até o final do século XVIII, os filósofos se esforçaram para não abordar, de frente, a questão dos sexos. O aparecimento do conceito de “igualdade”, neste período, talvez, ajude a entender tantas reticências. Com efeito, Platão, Aristóteles ou os Pais da Igreja não receavam, anteriormente, em afirmar a desigualdade dos sexos. Para eles, tratava-se de um fato da natureza, ou melhor, de um fato da natureza que deveria obedecer a um fim qualquer. Um exemplo do comportamento destes pensadores face à questão é o mal estar de Aristóteles diante de uma justificativa para a escravidão, cuja naturalidade lhe parecia incerta, enquanto a sujeição das mulheres soava-lhe evidente.

A época moderna torna menos simples a tarefa filosófica de justificar a dominação masculina. Ainda assim, *O contrato social*, de Rousseau, parece ignorar o lugar das mulheres numa futura república. No verbete “educação”, pensamos encontrar todo o seu pensamento político sobre as mulheres<sup>4</sup>. Mas é na *Carta sobre os espetáculos* que ele explicará mais claramente suas idéias sobre as diferenças entre o espaço público e o espaço privado e o papel da mulher em cada um deles. Na mesma época, Condorcet é outro a dar um exemplo esclarecedor. Com exceção de seu célebre texto *Sobre a admissão das mulheres no direito à cidade*, publicado em 1790, seus escritos célebres pela defesa das mulheres passam despercebidos e são publicados de forma discreta, misturados a leituras mais leves<sup>5</sup>. É como se os textos essenciais sobre as mulheres não estivessem lá onde esperamos que estejam, obrigando-nos a procurar suas pistas.

---

<sup>3</sup> Ver Giulia Sissa, 1991.

<sup>4</sup> Veja-se o livro V do seu *Emílio*.

<sup>5</sup> É o caso de *Les lettres d'un bourgeois de New Haven* ou *Le fragment sur l'Atlantide*.

Há, também, uma outra razão, para entender o quanto a questão da igualdade é insuficiente para separar a antiguidade da idade moderna; é o argumento da paixão, ou seja, da separação do indivíduo entre razão e paixão. Anteriormente, a binaridade do homem, sua distinção entre dois sexos emanava da cosmologia e da ontologia. A binaridade era qualquer coisa que se declinava ao infinito numa escala que ia do frio e o calor, ao seco e o úmido até o ativo e o passivo. Um historiador inglês mostrou como esta tradição, egressa do pitagorismo, perdurou até o Renascimento (MACLEAN, 1980). Neste período, em que o indivíduo perdia suas referências cósmicas centrando-se na própria unidade, a oposição entre sexos não era mais formulada da mesma maneira. O humanista colocava-se no centro de tudo, desqualificando a razão feminina, agora não mais pelo jogo das binaridades mas por um outro registro: aquele dos limites.

A razão das mulheres não lhe parecia lógica. Por faltar-lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil, sem parâmetros, o que a dobrava obrigatoriamente à dependência da razão masculina. Mais além, esta peculiaridade obrigava as mulheres ao aprendizado das virtudes e das regras de conduta. Por não possuírem razão, as mulheres seriam dotadas de paixões desenfreadas; paixões, tal como a razão, sem limites. Daí a educação moral que, de Fénelon a Rousseau, alimentará o discurso sobre as mulheres; uma educação moral que, segundo estes autores, as afastaria do acesso ao saber e do exercício de sua razão. Educação que imporá um limite à vontade, sem freios, da criatura insatisfeita que era a mulher. Nesta perspectiva podemos entender a insistência de Hume em querer impor a castidade às mulheres<sup>6</sup>. Baseado no argumento bastante comum na época sobre as nefastas conseqüências às quais levava o adultério feminino, o pensador inglês traçava uma linha entre a paixão masculina – sempre sob controle – e o apetite feminino, sem peias e de resultados imprevisíveis.

Temas como este, repassados do século XVIII ao XIX, mostram como o homem passa a pensar a diferença dos sexos: não mais a partir do mundo, mas de si mesmo. O paradigma desta desigualdade não se encontrava mais no Ser, mas no próprio homem. Por um lado, este não se preocupa minimamente com sua diferença da mulher. Descartes e Spinoza estavam ali para mostrar o quanto se

---

<sup>6</sup> Em seu *Tratado da natureza humana*, livro III, 2ª. parte, 11; «Castidade e modéstia».

esquivavam de pensar a diferença dos sexos. Por outro lado, o homem racional marginalizava as mulheres, estigmatizando sua dependência e sua semelhança com a natureza. Hume e Rousseau, que partilhavam esta opinião, afirmavam que, tal como se faz com a natureza, era preciso adestrá-las, dominá-las.

Com o século XIX, chegaram as mudanças. Depois de Hegel, que pensou a “diferenciação sexual”, o jogo entre o mesmo e o outro, o reconhecimento de si no outro, temas centrais na tese da dialética, e com a prática da idéia de “igualdade” dos sexos e o declínio da metafísica, tudo mudou. A questão da igualdade entre sexo não podia mais ser ignorada. Os pensadores da emancipação, os filósofos da política, de Fourier a Marx, passando por John Stuart Mill, procuravam (excetuando Proudhon) definir a liberdade, a emancipação ou a igualdade entre homens e mulheres.

E no século XX? As mulheres continuam a ser pensadas, só que agora fora do exclusivo campo filosófico, invadindo o espaço das “ciências sociais e humanas”: sociologia, antropologia, psicanálise e história. A empiria passou a ser, então, o ponto de partida para se pensar a diferença. Mas o problema é que ela não induzia a um pensamento sobre diferença. Daí a solução da historicidade como ponto de partida para uma reflexão a partir do material histórico. Uma historicidade que, concretamente trabalhada, retomasse a noção de fato histórico e de conjuntura, de ruptura e de cronologia, para compreender a partir de que referências podemos entender a diferença e falar de história da mulher. Onde também a importância, nos últimos anos, de fazer a história das mulheres, para a compreensão deste enorme problema, antes filosófico e agora histórico que é a diferença dos sexos.

Ancorada na riqueza de representações sobre a diferença sexual na história, convencida da insuficiência de uma reflexão sobre as invariantes antropológicas, esta história é, conseqüentemente, promessa de diversidade tanto nos fatos quanto nas representações.

## **A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS MULHERES**

Fundada, pois, na constatação da negação e do esquecimento, a história da mulher emergiu e ganhou musculatura, a partir de 1970, atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das

mentalidades, bem como às novas aquisições da história social e a pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular. Este foi um período fundamental, no qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Depois de um primeiro impulso dado à questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa, criaram laboratórios para abrigar reflexões sobre o tema, encorajaram trabalhos e monografias. Dois pólos fundamentais de reflexão ou duas preocupações estruturavam esta efervescência intelectual: fazer surgir as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que sofriam e que as subjugava.

Neste contexto inicial, em que ideologia e identificação constituíam-se em partes integrantes do objeto estudado, a história das mulheres mais parecia um adendo à história geral; um “algo a mais”. Em várias teses, historiadores chegaram a escrever um capítulo suplementar sobre as mulheres, numa espécie de generosa esmola com que se premiava o nascente movimento feminista. Agraciavam, desta maneira, o feminismo mas não a história das mulheres e, embora vigorasse uma confusão arditamente alimentada entre ambas, era preciso separar o feminismo e sua história, da história das mulheres, por tratar-se de dois objetos em si. A questão era: qual deles era sub-parte do outro, e parte de uma parte já dificilmente reconhecida pela disciplina histórica? A articulação entre um e outro objeto não parecia tanto mais complexa quanto o feminismo histórico parecia engolfar, com seus questionamentos, a história mesma das mulheres? De todas as maneiras, no que diz respeito aos resultados concretos das pesquisas, a história das mulheres continuava, nos anos 70, majoritariamente um trabalho de mulheres, tolerado ou marginalizado, mas sem interferência direta sobre a disciplina histórica<sup>7</sup>.

Paralelamente a tantas incertezas, a história dita tradicional ganhava, nestes tempos, uma nova fisionomia devido a inflexões discretas, mas definitivas em sua trajetória. Uma notável plêiade de autores, tanto da área de etnologia quanto de história, faziam sua irrupção no campo de trabalho sobre os papéis

---

<sup>7</sup> Empréstimo, aqui, idéias desenvolvidas por Cécile Dauphin et alli, num seminário no Centre d' Études Historiques sobre as problemáticas entre masculino/feminino e posteriormente publicado nos *Annales*, E.S.C., n. 2, março/abril 1986, p. 271-293.

sexuais e sua diferenciação. Georges Duby é, sem dúvida, um nome emblemático desta espécie de tomada de consciência<sup>8</sup>. Esta mesma tomada de consciência afirmou-se graças ao aparecimento de uma tendência que se estendeu, então, à pesquisa histórica; essa tendência colocava em cena objetos inéditos como a sexualidade, a criminalidade, a morte, a alimentação, os desvios. Tais questões, extremamente valorizadas neste momento, deixaram, posteriormente, de sê-lo, e os problemas que introduziram na disciplina histórica ainda não foram resolvidos. Mas não foi só isso. Outros grandes temas, cujo risco maior era o de fazer desaparecer a leitura das relações sociais, emergiram então: o medo, o pecado, as relações entre a vida privada e a vida pública. Neste percurso um novo campo de pesquisas se inaugurava: a história das representações culturais e sociais – em escala menor, a das políticas<sup>9</sup>.

Foi neste cenário que surgiu a noção nova de “cultura feminina”, no interior da qual, gestos e práticas são pensados e analisados como formas de cultura. Sem nenhuma dúvida, o sucesso da história cultural e das representações, além do crescente aporte das abordagens etnológicas ou antropológicas, permitiram, aos estudos sobre os papéis sexuais, a aquisição de um novo perfil na historiografia<sup>10</sup>. Perfil que deve ser escrutado tão mais atentamente quanto este tendia a se impor entre cientistas europeus e americanos e que, mais além, tinha a caução de uma corrente historiográfica inovadora e brilhante. Procurando descrever os papéis femininos, chegou-se a decifrar um certo número de práticas específicas que, por meio de um jogo de compensações, de interferências ou de significações simbólicas, terminaram por esboçar os traços de uma cultura feminina sem a qual o sentido social não existiria. Na mesma perspectiva, o jogo de oposições simbólicas entre masculino e feminino, jogo variável ao longo do tempo e de acordo com as condições históricas, jogo semovente e possuidor de diferentes significações, serviu para mostrar que os papéis sexuais se construíram para lutar contra qualquer forma de indiferenciação sexual, considerada mortal para todas as sociedades<sup>11</sup>. Como veremos mais adiante,

---

<sup>8</sup> Veja-se o seu belo *Le chevalier, la femme et le prêtre* (1981).

<sup>9</sup> É o caso de Roger Chartier, cuja obra, *A história cultural entre práticas e representações* (1989) resume o programa desta nova abordagem.

<sup>10</sup> Esta é a opinião de Cécile Dauphin, op. cit., p. 373.

<sup>11</sup> Ver, sobre este debate, Jacques Revel (1984, p. 122-140).

dez anos mais tarde, as problemáticas introduzidas, neste momento, pela história cultural e das representações, seriam retomadas pela historiografia das mulheres.

Outras questões menos teóricas estavam, contudo, em curso nos anos 70. Vale lembrar que o movimento feminista comportava, neste momento, uma dimensão utópica da qual extraía toda a sua força. Tratava-se, então, de mudar não apenas a condição das mulheres mas a sociedade inteira, opondo à glorificação da produtividade, da competição e do sucesso econômico, valores voltados para a qualidade de vida, a realização pessoal e uma sociedade mais humana. O projeto feminista se propunha revolucionário e, neste sentido, ele fracassou. O mundo do trabalho como o mundo da política, que implicam no domínio dos sentimentos, da emoção face às exigências da concorrência ou à brutalidade das relações de poder, eram pouco compatíveis com o frescor da sua utopia. Mas mesmo que estes objetivos tenham se dissolvido na integração com o mundo real, o olhar feminino e feminista sobre o mundo procurava trazer uma outra dimensão às coisas. Na prática, os anos 70 foram também aqueles do controle legal da procriação, pela contracepção, bem como do aborto. Contudo, os obstáculos ao controle contraceptivo ligados a questões religiosas ou à situação dos países em desenvolvimento, como o Brasil, faziam pesar, sobre os ombros das mulheres, um pesado fardo. Havia outros freios à realização das mulheres, mesmo nos países ditos ricos. O desenvolvimento da crise econômica e o das famílias monoparentais, nas quais as mulheres assumiam o papel de chefes de família, assumindo ao mesmo tempo a educação das crianças e sua subsistência, conduziu-as, no mais das vezes, à marginalização. Poder-se-ia, ainda, falar de realização pessoal quando o limite da pobreza não permitia sonhar com outra coisa que a sobrevivência diária?<sup>12</sup>

A prática científica, por meio da pesquisa e da produção intelectual, somada a condições de vida materialmente difíceis e hostis à implantação do projeto feminista, levaram às primeiras revisões sobre a historiografia da mulher. Nos anos 80 e depois de uma farta produção, os historiadores se perguntavam no quê os estudos sobre a mulher teriam modificado a história tradicional ou renovado seus métodos. Algumas historiadoras afirmavam que “sem fazer

---

<sup>12</sup> Sobre estas questões ver Annie Goldmann, 1996.

novas perguntas” era difícil fazer uma história diferente<sup>13</sup>. A verdade é que, diferentemente de outras ciências humanas, como a sociologia, a história não tinha conseguido concretizar as necessárias rupturas epistemológicas a fim de realizar uma redefinição e um alargamento de noções tradicionais na ciência histórica. Rupturas – diga-se de passagem – nas quais se levasse em conta a experiência pessoal e subjetiva, assim como as atividades públicas e políticas. Historiadoras americanas reagiam sugerindo criar não apenas uma nova história das mulheres mas uma nova história, *tout court!*<sup>14</sup>. Mas tudo se esboroava. Não se tinha conseguido revolucionar a ciência histórica de dentro para fora, inscrevendo aí uma diferença sexual que fosse além das funções e papéis codificados pelas sociedades masculinas. Constatava-se que, mesmo tendo revelado episódios inéditos do passado das mulheres, como as lutas feministas, a história das lésbicas ou o papel das mulheres no trabalho e no lar, estava-se condenado a fazer uma história paralela.

Duas razões eram invocadas para explicar os problemas acumulados pela história das mulheres: a falta de reflexão sobre a especificidade do objeto e a aplicação de categorias de pensamento que não eram egressas da história das mulheres, mas da história “tradicional”. A nova fisionomia que a disciplina histórica tinha adquirido nos anos 70, com a inclusão de “novos problemas e novos objetos” também foi alvo de críticas<sup>15</sup>. O estilhaçamento – ou *émiettement*<sup>16</sup> – da história, que se seguiu, parecia enfraquecer o sentido mesmo da história e, mais ainda, da história das mulheres. Ao lado de estudos sobre a cozinha ou o clima, acumulavam-se biografias de mulheres célebres e romances históricos num emaranhado resultado. A história demográfica, por exem-

---

<sup>13</sup> Constatação feita por Michelle Perrot a 18/02/1982, em reunião do Grupo de Estudos Feministas da Universidade Sorbonne Paris VII consagrada à «Où on-est l’histoire des femmes?».

<sup>14</sup> Foi o caso de Ann D. Gordon, Marie Jo Buhle e Nancy Schrom Dye (1976). Ver, também, Joan W. Scott, 1981.

<sup>15</sup> Referimo-nos aqui à coleção *Faire de l’histoire - nouveaux problèmes - nouvelles approches - nouveaux objets*, ed. J. Le Goff e P. Nora (1984).

<sup>16</sup> O livro anuncia a passagem de um paradigma, no qual a análise macro-econômica era primordial a uma história que se focaliza nos sistemas culturais apreendidos no sentido mais amplo possível. Ver sobre o assunto: Jean Botier et Dominique Julia, 1995, especialmente o 1º capítulo, «À quoi pensent les historiens?».

plo, com a pretensão de inferir a atitude das populações face à contracepção, às taxas de fecundidade e de ilegitimidade, ignorava que não existia adequação entre as respostas institucionais das mulheres ao casamento e seus comportamentos sexuais e afetivos. “Era como se as mulheres dissessem tudo o que fazem e fizessem tudo o que dizem”!<sup>17</sup>.

Em vez de deixar-se contaminar pela corrida da pesquisa histórica na direção de “novos objetos”, fuga que apenas mascarava o vazio deixado pela teoria marxista da história que alimentara, até então, uma grande parte das pesquisas, era tempo de perguntar-se por que fazer a história das mulheres não era a mesma coisa que fazer a história do movimento operário ou mesmo a história do corpo e da sexualidade. E por quê? Porque o movimento operário, por definição, já tinha um lugar bem preciso na dinâmica social e tornara-se, por isto mesmo, um ator inelutável de uma história econômica e social, enquanto que as mulheres não tinham papel, senão aquele sublinhado pelo padre Manuel de Arceniaga desde 1724:

A mulher deve estar sujeita a seu marido, reverenciar-lhe, querer-lhe, obsequiar-lhe; não deve fazer coisa alguma sem seu conselho; seu principal cuidado deve ser educar e instruir a seus filhos cristãmente, cuidar com diligência das coisas de casa, não sair dela sem necessidade e permissão de seu marido (*apud DEL PRIORE*, 1993, p. 130).

Outra razão para as dificuldades em fazer uma história das mulheres era a constatação do silêncio a que se era confrontado ao fazer uma interpretação das fontes. Não havia pistas nem marcas. Elas não nos deixaram suas próprias impressões no material histórico, levando os críticos dos anos 80 à outra pergunta: o que é a história quando se é mulher e de que maneira participa-se, ou não, enquanto mulher, do processo histórico? Era preciso não esquecer que as historiadoras raciocinavam sobre fatos, eventos, sistemas políticos, estruturas sociais e ideológicas cujo sentido, para as mulheres do passado, continuava desconhecido.

Uma coisa – diziam – é afirmar que as mulheres não tinham condições de interferir diretamente sobre os fatos históricos, outra é interrogar-se sobre a dimensão de um tal fato na vida das mulheres. Os historiadores estavam sensí-

---

<sup>17</sup> Empristo aqui algumas idéias a Marie-Jo Bonnet (1984, p. 363-372).

veis ao fato de que as mulheres não tinham a mesma percepção do tempo do que os homens; elas estavam eternamente encarregadas de perpetuar e manter a vida, enquanto eles tinham a escolha potencial de transmitir uma herança, defender ou estender o seu território familiar ou nacional, ou seja, de fazer a guerra que fora, até então, um dos principais motores de transformação e dominação. Era preciso admitir que a história das mulheres só começava quando uma delas rompia com o círculo infernal da história masculina e de suas leis, para tornar-se fonte e matéria da dinâmica social. Era, também, preciso não esquecer que, nos anos 70, o interesse pela história das mulheres manifestou-se como fruto de várias rupturas que as levou a buscar, no passado, uma explicação para a sua opressão e para a sua rebelião. Ao final desta década, as historiadoras feministas admitiam que a história das mulheres não podia reduzir-se nem a um combate por um estatuto igualitário nem a uma guerra de sexos, e que era difícil reconstituí-la na sua diversidade e complexidade. Parecia-lhes que a história só retinha na sua memória aquilo que ela era capaz de entender, quer dizer, tudo o que emanava da norma masculina e de uma integração à história dos homens e de suas leis (BONNET, 1984, p. 367).

No início dos anos 80, a história das vitórias desconhecidas ou das conhecidas humilhações das mulheres deixou de interessar um grande número de historiadores<sup>18</sup>. Eles reconheciam que fora preciso tirar as mulheres do silêncio e do esquecimento, mostrando os incessantes episódios de suas lutas, as incansáveis formas de resistência com que se inscreviam no tecido social e histórico, o seu abandono pela memória coletiva. Até reconheciam que o poder masculino lhes cedera um lugar no “*hit parade*” da história: elas vendiam, apareciam nas vitrines das livrarias e assim não podiam queixar-se de que não tinham espaço. Mas era preciso, contudo, reconhecer que a manobra era deliberada. O tal espaço era controlado, tratava-se de um lugar previamente assinalado, do qual não se saía sem alguns arranhões. Para estar na estante de bibliotecas e livrarias, as mulheres tinham que abrigar-se sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais. Era importante, então, interrogar-se sobre esta reabilitação. Existiria, ela, de fato? A tolerada diferença não seria uma ilusão?

---

<sup>18</sup> Vejam-se, por exemplo, os lúcidos comentários de Arlette Farge (1979, p. 14-39).

A solução foi mudar a abordagem. Tornava-se urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada<sup>19</sup>. Teria sido justamente sobre a partilha entre homens e mulheres que o silêncio da história se abatera com maior peso. Deste silêncio, o masculino saíra vencedor, inscrito na trama dos fatos históricos, enquanto o feminino desaparecia duas vezes: uma primeira vez, sob a dominação efetiva do poder masculino e sua lenta integração a um papel que lhe foi imposto. Uma segunda vez, escondida pela memória coletiva e política que não fazia surgir das sombras que o evento masculino.

Esta segunda ocultação parecia mais escandalosa. A mulher que se encontrava nos arquivos impunha uma presença, ao mesmo tempo natural e paradoxal. Natural, pois, evidentemente, ela estava lá todo o tempo. Ela estava presente de forma importante, necessária, ao mesmo tempo pacificadora e revolucionária. Ela era presença eloqüente, trabalhadora, móvel, agitada, fecunda, desejante e desejada. Presença em relação com o mundo e entre outros, com o mundo masculino. Natural e paradoxalmente no lugar onde se instalara, sem percalços, a supremacia masculina: o político e a memória. Uma imensa vaga de amnésia a submergiu. A prova é que, nos arquivos, a encontramos entre a arraia-miúda, os “de baixo”, o povo.

Ora, asseverava-se importante destrinchar a história de outra maneira, buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem/mulher. Este olhar diferente obrigava, inicialmente, a identificar a mulher em cada lugar observável, e eles não eram poucos. Era preciso nomeá-la, reconhecê-la e compreender em que circunstâncias, nem sempre evidentes, ela foi espoliada na sua relação oficial com o mundo masculino. Explorada não por falta de presença, mas exatamente em função desta presença.

Interessava, então, muito mais saber como funcionaram os mecanismos familiares, sociais e políticos para sufocar a mulher ou dela fazer pior imagem, do que denunciar em altos brados que os textos do século XVIII eram misóginos e que colocavam a mulher nos bastidores da história. Poder-se-ia afirmar, sempre, que tal

---

<sup>19</sup> Emprestarei, aqui, algumas idéias a A.Farge, op. cit., p. 19-20.

e qual escritor, padre, pregador, filósofo ou médico do século XVII tinha enorme desprezo pela mulher. Estas afirmações não esclareciam coisa alguma e faziam o historiador cair na armadilha fácil de achar que o passado era “um atraso, um horror”!. Era muito mais importante conhecer os instrumentos e engrenagens que motivaram tais imagens e porque elas subsistiram; era muito mais importante entender quais mecanismos ordenaram o poder masculino no sentido de submeter a mulher, ocultando toda a sua atividade... Graças a estes questionamentos, a história da mulher evoluiu enormemente, abrindo as portas da história para essas que eram, até então, apenas senhoras de um presente sem passado.

Mas ao cabo deste artigo poderíamos nos perguntar: para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da História. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é, articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um desafio no sentido de fazer uma história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, àquelas dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, às demográficas e às técnicas. Mas, história, da qual não estejam ausentes os pequenos gestos, as práticas miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões, simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres.

### **Referências Bibliográficas**

- BONNET, Marie-Jo. Adieux à l'histoire. In : *Strategies des femmes*. Org. Marie Claire Pasquier et alli. Paris : Tierce, 1984.
- BOTIER, Jean, JULIA, Dominique. *Passés ecomposés, champs et chantiers de l'histoire*. Paris : Autrement, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 1989.

- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo* : condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro : José Olympio, Brasília : EDUNB, 1993.
- DUBY, Georges. *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris : Hachette, 1981.
- ENGELS, Friedrich. *L'origine de la famille, de la propriété et de l'État*. Paris : Les Éditions Sociales, 1974.
- FAIRE de l'Histoire : nouveaux problèmes - nouvelles approches - nouveaux objets. Ed. J.Le Goff e P. Nora. Paris : Gallimard, 1984.
- FARGE, Arlette. L'Histoire ebruitée des femmes dans la société pré-révolutionnaire parisienne. In : *L'Histoire sans qualités*. Org. Christiane Dufrancatel et alli. Paris: Galilée, 1979.
- FRAISSE, Geneviève. *La difference des sexes*. Paris : PUF, 1996.
- GOLDMANN, Annie. *Les combats de femmes - XXe siècle*. Florença : Casternon-Giunti, 1996.
- GORDON, Ann D., BUHLE, Marie Jo, DYE, Nancy Schrom. The problem of Women's History. In: Bernice Carroll (org.) *Liberating Women's History*. Urbana (III), 1976.
- HÉRITIER-AUGÉ, Françoise. *Les deux soeurs et leur mère*. Paris : Odile Jacob, 1994.
- MACLEAN, Ian. *The Renaissance notion of Woman, a study in the fortunes of scholasticism and medical science in European life*. Cambridge University Press, 1980.
- REVEL, Jacques. Masculin/Féminin : sur l'usage historiographique des rôles sexuels. In: *Une histoire des femmes est-elle possible?* Dir. Michelle Perrot. Paris : Rivages, 1984.
- SCOTT, Joan W. Dix ans d'histoire des femmes aux Etats Unis. *Le Débat*, dezembro 1981.
- SISSA, Giulia. Philosophies du genre, Platon, Aristote et la différence des sexes. In: *Histoire des femmes*. Org. por Georges Duby e Michelle Perrot, vol.I, dirigido por Pauline Schmitt-Pantel. Paris : Plon, 1991.